

BRASIL DO PÓS- MILAGRE ECONOMICO:1974-1984

Luciana Aparecida Fernandes.¹

RESUMO

Esse artigo evidencia as consequências que ocasionaram o fim do Milagre Econômico, como que ficou a estrutura Econômica do país tanto interno quanto externo no período de (1974-1984). O maior intuito é verificar os pontos fortes que gerou o seu fim. Outra preocupação foi observar como que ficou a situação econômica agro-exportador, um contexto que no período não tinha estrutura e sem o apoio do Estado, caso esse ocasionado por uma economia bem debilitada. As classes sociais, demonstrando principalmente o aumento da pobreza movido pelo crescimento econômico acelerado.

PALAVRAS-CHAVE: ESTRUTURA. ECONOMIA. AGRO – EXPORTAÇÃO-CLASSES SOCIAIS.

¹Aluna do 4º ano de Economia das Faculdades Integradas dos Instituto Vianna Júnior . e-mail: lucianaafernandes@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho demonstra como que o país foi afetados logo a pós o termino do Milagre Econômico e o que mais evidenciou nesse período de (1974-1984) que fez com que diminuísse o Crescimento Econômico, ocasionando o aumento da dívida externa, a agro- exportação em um período crítico sem apoio do estado a infra-estrutura tanto humana quanto técnica sem qualquer desenvolvimento, logo decorre as classes sociais que depois de todos os acontecimentos constata se que são as classes mais baixas que tem o resquício de todo o contexto econômico do país.

BRASIL DO PÓS- MILAGRE ECONOMICO:1974-1984

De acordo com Furtado (1981), nos anos 60 e 70 a estrutura agrária era debilitada na comercialização dos produtos por causa de falta de variedades. Haviam graves carências na infra-estrutura e no sistema agrário como um todo. Em 1959 é que se deu a evolução da industrialização;

o setor metal-mecânico já era o mais importante, contribuindo com 27 por cento para a produção total. Os setores alimentar, têxtil e conexões representavam em conjunto de 36 por cento. Entre 1949 e 1959 a produção metal- mecânica cresce com uma taxa média anual de 15,2 por cento, quase dobrando a intensidade do crescimento da produção manufatureira, que fora de 8,5 por cento. (FURTADO, 1981 p. 32)

O Brasil, logo após o primeiro choque do petróleo de 1973, estava economicamente instável, o cruzeiro estava desvalorizado, o balanço de pagamentos em desequilíbrio, a inflação encontrava-se bem alta. Em 1974 o Brasil encontrava-se em uma conjuntura econômica bem combatida, o país precisaria ter um aumento nas taxas de investimentos para ocasionar o mesmo na poupança e forçar o sistema inflacionário, mas teve o aumento da dívida externa no período de 1973 a 1975 de 12,5 a 21,2 bilhões de dólares, ocasionado pelo aumento das importações em decorrência do choque do petróleo. O fenômeno criado pelo milagre, ou melhor, o crescimento apresado que fez com que a poupança externa entrasse no seu pior ponto, as importações ficaram na dependência do financiamento interno. (FURTADO, 1981)

As empresas públicas e privadas foram incitadas a buscar recursos no exterior para cumprir metas de um plano de desenvolvimento excessivamente ambicioso, assumindo o Estado a responsabilidade cambial. Dessa política resultou a necessidade de sobrevalorizar o cruzeiro, a fim de reduzir os custos financeiros dos compromissos assumidos no exterior, tornando-os mais atrativos. (FURTADO, 1982 p. 49).

De acordo com o autor, esses casos ocorreram pela falta de sobrevivência da política cambial, as exportações tiveram em baixa, em uma época que mais precisaria de sua existência, mas com o declínio da moeda fez com que as exportações decaíssem.

O país precisaria resolver essa situação, então tentou reorganizar a agricultura para ter mais ascensão ao comércio externo e/ou verificar os subsídios que estava em alta chegando a um déficit de 5% do PIB, originou uma alta na liquidez e aumentando a influência do mercado financeiro. Em 1973, precisamente anos 70, ocorreu o grande aumento da dívida externa e conseqüentemente o mesmo aconteceu com a inflação, caso que ocorre através

da taxa cambial, por seu desequilíbrio, ocasionando assim um lado social negativo. Mesmo diante dessas situações vem um outro episódio que acaba de arruinar o país, que foi o segundo choque do petróleo em 1979. (FURTADO, 1981)

a situação dos centros de comando da economia brasileira era de semiparalisia; quase nenhum espaço lhes restava para manobrar, seja no campo fiscal, seja no monetário, seja no cambial. As forças que os imobilizavam eram as mesmas que arrastavam o país ao crescente endividamento externo, forçando-o a aceitar taxas de juros e prazos de amortização cada vez mais onerosos. (FURTADO, 1981 p.51).

Entre 1974 a 1978 o país encontrava-se inalterável em relação a economia e ao comércio internacional, trazendo uma elevação na produção industrial, mas a dívida externa chegou em 1978 a US\$ 43,5 bilhões, sendo que em 1973 era de apenas US\$ 12,5 bilhões, em apenas 5 anos a dívida externa teve um acréscimo de US\$ 31 bilhões, o que se verifica é que esse acréscimo na dívida não foi exclusivamente ocasionado pelo choque do petróleo, mas em relação a uma grande modificação da composição da economia do país, ocasionado por cinco anos que chegou a 23,7 %. O crescimento econômico precisaria de um índice maior de investimento da poupança, mas a mesma se encontrava em baixa, movido pela baixa do consumo, pela falta de composição produtiva. (FURTADO, 1981)

A conclusão do autor era que de 1975 a 1979 a produção de bens duráveis desenvolveu 7% e o consumo de bens duráveis a 7,4%. A economia do país de 1965 a 1974 teve uma baixa no desenvolvimento de produto-capital e também o PIB teve uma desaceleração mais do que a metade, em compensação a taxa de investimento teve uma alta.

Algumas considerações sobre os fatores de 1965 a 1974:

As causas desse fenômeno são tanto de natureza estrutural – reciclagem do setor energético, degradação da base de recursos naturais, distanciamento da fronteira agrícola, maior necessidade de investimentos infra-estruturais decorrente da centralização da atividade industrial e outros fatores estudo merece ser aprofundado – como de natureza conjuntural – fricções causadas pela aceleração da inflação, descontinuidades na política de investimentos públicos, etc...(FURTADO,1982 p.53,54).

De acordo com Furtado (1981), Nos anos 80 o país se encontrava em um estágio de insegurança, tentando entender os acontecimentos e a situação do momento que o país se encontrava, questionando, o que foi feito, como será no momento e um futuro incerto. Os governantes conseguem identificar que o modelo de crescimento e a industrialização trouxeram uma disparidade entre a sociedade, que ficou dividida com uma porcentagem mínima favorecidas e o restante que era a maioria tanto rural e urbana desfavorecidos.

Seria de imaginar que essa concentração viesse a diminuir com o aumento da oferta de profissionais de nível superior, mas entre nós essa tendência é freada pelo poder corporatista, o qual opera como aliado do poder oligopolista na implantação de certo estilo de desenvolvimento. Dificilmente se encontrará um país com o nível de renda per capita do Brasil e/ ou com a quantidade relativa de profissionais de nível superior em que a diferença entre o salário médio destes e o salário do trabalhador manual seja tão grande.(FURTADO, 1981 p.. 65)

A luta entre as classes é um conceito marxista existente desde que surgiu a propriedade privada dos meios de produção. Com o processo da industrialização ficou mais nítida a desigualdade entre as classes e o processo que as envolvem: lutas por mudanças na estrutura produtiva, pelas inovações tecnológicas, pelo aumento dos salários, melhor saúde, educação, emprego, lazer

e bem-estar, um processo que infelizmente não ocorreu com o processo de industrialização do Brasil.(FURTADO, 1981)

a reorientação do processo de desenvolvimento passa por modificações estruturais cuja realização requer a mobilização de amplas forças sociais. Ora, toda reflexão sobre política requer uma referência ao estado, instituição em torno da qual gravita o sistema político. (FURTADO, 1982 p. 75)

No entendimento de Furtado (1981), O estímulo as exportações e a produção agrícola estava dependendo de como seria o financiamento dos subsídios e através desse financiamento não poderia ocorrer o sistema inflacionário. O Brasil precisaria do crescimento, mas sem causar a desestrutura ocasionado pelos planejamentos temporários, acarretando um desconforto externo e populacional.

A necessidade de construir novamente o crescimento econômico precisaria reestruturar o país, e essas mudanças teriam que vir primeiramente pelo o aumento das taxas de poupança que ocasionaria uma inovação na forma de organizar a produção, buscando dar um equilíbrio interno quanto externo, informando que não necessariamente seria só o aumento da poupança mas também entrariam outros fatores, como no caso a inflação, que dependendo do seu momento, prejudicaria a população. Conseguindo recuperar esse equilíbrio provavelmente daria a população uma sociedade mais equilibrada. Outra forma seria melhorar a situação do país em nível internacional, não seria necessariamente aumentar as exportações, mas reformular o sistema ao longo prazo que incluiria a resolução da dívida externa. O país teria que aumentar a base estrutural das indústrias para poder ter um comércio mais forte, que seriam as siderurgias, do alumínio, de celulose e papel e similares. (FURTADO, 1981)

Logo depois viria a organização do sistema agrário, dar condições necessárias para que tanto as famílias quanto a parte tecnológica conseguissem desenvolver. Uma outra forma seria a diminuição dos custos energéticos, dando uma outra vazão para outros tipos de energias. O que se consegue entender é que :

Que as possibilidades de fazer a própria história estão coarctadas numa sociedade em que vem do exterior o essencial da tecnologia – e com esta o estilo de vida - , tampouco escapa a quem queira ver a realidade. Uma ação política que pretende ser eficaz não pode ignorar esses fatores. Os mais graves, contudo, seria que nós olvidássemos de que se o Brasil existe historicamente é porque cedo surgiu em segmentos importante é porque cedo surgiu em segmentos importantes de sua população – independentemente da inserção de classe – a percepção de que este é um país em formação, de que a geração presente tem um compromisso com o futuro em função do qual é possível agir de forma convergente mesmo partindo de pontos diversos. (FURTADO, 1982 pág. 88,89)

No entendimento de Furtado (1981) um outro ponto que teria que ser verificado era em relação ao Nordeste, sem desenvolvimento e infra-estrutura, um povo que vive em uma grande pobreza. O que se questionam é que o grande acúmulo de renda exclui determinadas regiões inclusive o nordeste, e para isso o Brasil teria que diagnosticar melhor as regiões para ocorrer a divisão das rendas, a modernização e o desenvolvimento que nunca se chega ao nordeste e muito mesmo a interação juntamente com o Centro-Sul, que tem uma grande acumulação de renda e bem desenvolvido. O nordeste é dependente do Centro-Sul por não conseguir ser auto suficiente, a industrialização do Nordeste é uma extensão do Centro – Sul, dando ao nordeste uma dependência em relação a comercialização com o exterior, mas o capital era canalizado para o Centro-Sul.

A nova dependência reside exatamente na subordinação à lógica de uma industrialização que abarca o conjunto do país e é comandado do centro – Sul, transformando-se o Nordeste em simplesmente apêndice de um mercado dominado por uma clientela de nível de renda mais alto e onde se exacerbam as tendências consumistas. A concentração de renda dentro da própria região a que deu origem essa forma de dependência tem projeções no setor agropecuário, o qual permanece praticamente fora do processo de integração nacional.(FURTADO, 1982 p. 123 124)

O que se percebe é que seria necessária a verificação do caso Nordeste não só como uma estruturara política, mas de pessoas e seres humanos, essa centralização ocorrida pela industrialização causa a sociedade a desigualdade em geral, única forma seria a pretensão dos governantes de analisar o caso Nordeste. (FURTADO, 1981)

1.1 Razões do fim do “Milagre”

De acordo com Abreu (1990) primeiramente um dos casos que ocasionou a desaceleração do crescimento econômico foi a inflação, por não conseguirem estabilizá-la, quando conseguiam era por curto prazo, porque envolviam o controle dos preços, a expansão monetária e a baixa dos salários. Outro fator que foi um caos no final do período militar foram os planejamentos equivocados e as grandes obras que necessitavam de empréstimos internacionais, aumentando cada vez mais a dívida externa.

A gravidade da crise resultava de insuficiência em dois aspectos fundamentais da política de desenvolvimento: falta de poupança para investir, a fim de manter o ritmo de expansão econômica e de

emprego, e falta de mercado para absorver os artigos eventualmente produzidos. (BRUM,1987 p.134)

Na verdade ninguém tinha noção da extremidade da crise, de início o que se falava que era apenas uma situação conjuntural, mas depois foi verificado que era mesmo uma crise do modelo, que a subordinação do Brasil diante ao exterior isso implicaria no seu agrave.(ABREU, 1990)

Logo depois vieram os dois choques do petróleo de 1973 e 1979, o Brasil na época por depender de 80% da produção externa do petróleo, ficou totalmente desfavorável.(FURTADO,1981)

O endividamento externo acelerado e os investimentos in extremis de substituição de importações prevaleceram sobre uma postura macroeconômica austera. Este arrojo foi reiterado quando, em 1979, prevaleceu a tentativa fracassada de repetição de fuite en avant, à la 1967-68, com políticas de pré-indexação calcadas nas experiências de Argentina e Chile, sobfrenéticos aplausos da maior parte do empresariado. Acabou por consolidar-se a estagnação e a inflação alta, depois seguida pelo stop and go dos planos de estabilização. De novo, foi uma sucessão de políticas econômicas diferenciadas, e com responsáveis distintos, que levou o País a uma situação indesejável.(ABREU,2002 p.1)

1.2 A situação econômica: a manutenção do modelo econômico agro-exportador

De acordo com Furtado (1981), o que se verifica é que o país se encontra em vastas áreas naturais a serem exploradas. O que falta é a mão- de – obra humana, tratamento dos solos e maquinários. De 1967 – 1977 os solos ocupados para o cultivo eram de 10 milhões de hectares. O grande problema dos

solos eram as necessidades de rotatividade, pois em algum período eles ficam inférteis, tendo que ter um preparo para outro plantio ou plantar em outras terras

até que a anterior tenha condições para plantar novamente, a chamada rotatividade das terras.

Dando seqüência as idéias de Furtado (1981), com o aumento do consumo urbano, ocasionado pelo aumento da população, automaticamente aumenta a quantidade de pessoas para trabalhar na agricultura, que chegou a um percentual de 40% em 1975. Mas entra a estrutura agrária que se divide em latifúndios que são dimensões vastas de terras, algumas improdutivas ou muito exploradas por lavradores e os minifúndios, são pequenas terras normalmente para subsistência. Em 1975 as áreas ocupadas pelos minifúndios eram de 2,7 % e os latifúndios a 20%. O que se foi verificado é que a mão-de-obra era a mais baixa possível, mesmo quem tinham vastas terras, os solos precisariam de cuidados e preparos, por sua perda da fertilidade natural, de acordo com o demonstrativo do sistema agrário Brasileiro; (FURTADO,1981)

1.Graças á abundância de terra, a população que se dedica á agricultura tem assegurados os meios de subsistência, mesmo se ela dispõe tão-somente de sua força de trabalho e a utiliza no quadro da técnica tradicional.

2.A exploração familiar, que utiliza manjo tradicional em terras de inferior qualidade, não tem aptidão para acumular; a prática da rotação de terras, com seu abandono após dois ou três anos de cultivo, transforma o agricultor em migrante, o que restringe ainda mais sua aptidão para acumular.

3.A apropriação de terras de boa qualidade, ou que beneficiam de economias externas(próxima dos mercados, transporte eficaz) é inacessível a quem não dispõe de capital e/ ou de acesso aos centros do poder político.

4.A exploração familiar em terra de boa qualidade também é inapta para acumular se o aluguel da terra é elevado(sob a forma de parceria ou de foro) e/ ou se o tamanho da propriedade é

inadequada à modernização. Em 1975 mais de metade dos minifúndios pagavam renda pela terra que cultivavam. (FURTADO, 1981 p.25)

O minifúndio era mais para o consumo próprio por não conseguir incentivo e por plantarem em terras que não lhes pertenciam, não tinham condições de acumular. Mas a modernização seria necessária para existir a concorrência de mercado, dando uma infra-estrutura na forma de plantio, técnicas e também na melhora dos salários, para que ocorresse o desenvolvimento. Para montar toda a infra-estrutura teria que importar maquinário para acelerar o desenvolvimento dos produtos agrícolas, aumentando a demanda e criando um desenvolvimento econômico.(FURTADO,1981)

De acordo Fürstenau (1987) O Estado intervêm na agricultura e na agropecuária:

A intervenção do Estado, visando a manter o desempenho dos setor agropecuário condizendo com as mudanças no seu relacionamento com a industria, consubstancia –se na política agrícola. A política agrícola, nesse estagio, não pode mais ser entendida isoladamente já que faz parte de um contexto global, podendo somente ser analisada a partir das novas relações entre agricultura e industria.(FÜRSTENAU,1987 p.140)

No Brasil a industrialização se inicia em 1929 a 1930, com a agra-exportação primária, sendo que no período dos anos 30 aos anos 40 é que ocorreu a abertura a um processo urbano e industrial, só apenas nos anos 50 é que se teve a rapidez no processo industrial e a agropecuária ficando para traz dando a agricultura um aumento ocorrido através de uma dinamização de outras terras, essa evolução ocorreu até em meados dos anos 60 a produção não se perdia e nem deixou a desejar ao setor comercial e de insumos industriais.(FÜRSTENAU,1987)

A modernização da agricultura, implementada através da absorção de máquinas e insumos modernos produzidos no setor industrial nacional, levaria a um aumento de produção e de produtividade no setor agrícola. Esse aumento de produção obtido dessa forma criaria crescentes excedentes exportáveis a um custo de produção mais reduzido que possibilitaria colocá-los de forma competitiva no mercado internacional.(FÜRSTENAU,1987 p. 141)

Tabela 1 – Distribuição da Renda entre a População Economicamente Ativa no Setor Rural do Brasil – 1970 e 1980
Em percentagem(%)

População Rural Economicamente Ativa	1970	1980
Os 1% mais ricos	10,5	29,3
Os 5% mais ricos	23,7	44,2
Os 10% mais ricos	33,8	53,4
Os 90% mais pobres	66,2	46,6
Os 50% mais pobres	22,4	14,9
Os 20% mais pobres	5,2	3,8

Fonte: IBGE – Censo 1980.

Como mostra na tabela 1, o índice de pessoas e familiares que saíram da região rural para urbana, movido pelo processo da industrialização, modernização na agricultura fazendo com que a desigual entre as classes aumentasse nitidamente, desfavorecendo os mais pobres e pessoas sem qualificação. Ocasionalmente assim uma ocupação de áreas urbanas sem pavimentação na verdade sem infra-estrutura humana (BRUM,2003).

De acordo com Furstenau (1987) a agricultura precisaria ser modernizada para que os custos tornassem mais baixos e com isso induzindo o país a uma competição internacional. Foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que foi de 67 a 76, mas o período de expansão mesmo foi até 73, que ainda se incidia o Milagre econômico, o que foi analisado logo de início era a forma da produção e o mercado de bens industriais, com o financeiro dariam a

agricultura uma expansão na economia de bens de consumos duráveis e na indústria de bens de capital e também a expansão na produção da soja.

De 74 a 76 teve a implantação do chamado II PND e o fim do Milagre, o Governo não conseguiu dar sustentação os Créditos Rurais, por causa dos aumentos dos gastos. Entre 76 a 80 continuava o desfavorecimentos do Estado à agricultura, o governo só conseguiu continuar com os financiamentos para o custeio e a retirada dos subsídios ao credito rural. (FÜRSTENAU,1987)

Por volta de 78 em diante as dificuldades se ampliam, repercutindo na disponibilidade de recursos públicos (seja de bancos públicos, seja de bancos privados sob pressão do governo) para crédito agrícola: (i) a dívida externa passa a crescer rapidamente (ii) a inflação de 78 já é o dobro da de 73; (iii) a segunda explosão dos preços do petróleo em 79; e(iv) a explosão das taxas de juros internacionais em 79/80.(FÜRSTENAU,1987 p. 143)

Os órgãos de financiamentos a agricultura vieram dos bancos de créditos, privados, bancos da região, banco do Brasil, sistemas de cooperativas e outras instituições de credito, o banco central é que organizava todo esse processo de financiamento. A taxa de juros dependia do que os bancos tinham em mãos para ter segurança do seu retorno e normalmente eles davam para assegurar esses empréstimos eram as terras e os cadastros preenchidos de forma corretas e seguras (FÜRSTENAU,1987).

1.3A situação econômica: a consequência do desaquecimento para as diferentes classes sociais.

De acordo com Brum (1970), foi determinado que a situação da classe baixa encontrava-se bem precária, sendo que apenas os 20% da classe mais alta tiveram vários benefícios. A justificativa era que o crescimento teria que continuar, com isso as rendas centralizavam:

Concentração regional, com regiões mais ricas e dominantes e regiões mais pobres e dominadas economicamente; concentração em grandes unidades produtoras ou de comércio (indústrias, bancos, redes de lojas e de supermercados), com grande poder na formação de preços e no controle do mercado; e concentração pessoal, com indivíduos relativamente mais ricos e a maioria da população proporcionalmente mais pobres. (BRUM, 1970. p. 345 e 346)

As rendas das classes ricas foram as mais privilegiadas e os mais pobres foram penalizados, aumentando a desigualdade social. O crescimento que foi formulado no período militar trouxe para as classe sociais uma grande desigualdade: um grupo de pessoas bem pequeno favorecidos e o restante, que é a maioria, desfavorecido. O que se identificou foi que no período militar a desigualdade social ficou bem mais nítida, ocasionada pelo autoritarismo militar e também pelos os altos custos planos e planejamentos dos Governos que eram voltados para o crescimento econômico em geral, sem abranger o social e sem se preocupar com a distribuição das riquezas geradas (FURTADO, 1981).

Em 1976 foi feita uma pesquisa pelo FIBGE⁴ que mostrou que 44% das famílias se encontravam na faixa de menos do que dois salário mínimos, foi um período de inflação alta, para tentar conter-la foi necessário a desvalorização salarial dos trabalhadores, os trabalhadores e os sindicatos não

⁴ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Cadernos de Debate, Vol. IV, 1996)

conseguiram impor essa situação, tendo que acatar sem alguma restrição (FURTADO,1981).

Por um lado se referem à evolução no tempo dos frutos do progresso material, pondo em evidência o caráter concentrador e excludente do estilo de desenvolvimento. Por outro assinalam o atraso, na satisfação das necessidades básicas da população, que se vai acumulando relativamente a outros países que realizam um esforço de desenvolvimento econômico similar (FURTADO,1981p..59)

Foi feito um levantamento que cerca de 4 milhões de crianças que nascem, 360 mil morrem antes de 1 ano de idade, causas desnutrição de segundo e terceiro grau, sendo que no Nordeste esse dados são bem maiores 50% a mais da media do país, as pessoas pobres no Nordeste vivem até 40 anos, no centro-Sul chega a 65 anos. A realidade é bem nítida de que milhões de pessoas não conseguem ter o mínimo para se alimentar, Para resolver essa situação, Edmar Bacha (apud FURTADO, 1981, P. 61) analisou que os mais ricos são apenas 10% que acumulam a renda dos país, então chegaria a seguinte conclusão

O resultado seria que os 40 por cento atualmente mais pobres teriam sua participação na renda total elevada de 8 para 17 por cento e os 10 por cento mais ricos a sua reduzida de 49 para 40 por cento.

Certo: não é o supérfluo dos ricos os de que estão carecendo os pobres. Uma tal modificação não poderia decorrer de simples transferências e sim de modificações na estrutura do sistema econômico.

No entendimento de Brum (2003), logo após o período de 1975 o governo deu um auxílio indireto que viria para enfatizar a educação, foi criado

através do Ministério da Previdência e Assistência Social o PIS, PASEP⁵, mas na verdade esse dinheiro era usado para acumular renda, que no período favoreciam o sistema financeiro. Os salários mínimos nesse mesmo período tiveram um aumento regular acima do custo de vida, foi uma forma que o Governo encontrou para tentar amenizar a marginalização. Mas em 1976 quem que tinham salários já bem favoráveis tiveram mais um aumento de 300%, e as pessoas que não tinham qualificação e que tinham o salário abaixo do mínimo receberam um aumento de 30%, como se vêem mais uma vez a renda é centralizada e o sistema usa sempre formas ou meios para favorece –los.

Tabela 2 – Expectativa Média de Vida e Mortalidade Infantil, no Brasil, por Classes de Renda Mensal Período 1970 - 1979

Classe	Famílias	Expectativa Média	Mortalidade
De Renda Mensal	%	de Vida (anos)	Infantil
Até 1 salário mínimo	20,3	54	113,2
De 1 a sal. Mínimos	23,7	59	95,5
De 2 a 5 sal. Mínimos	29,5	64	78,1
Acima de 5 sal. Mínimos	24,1	70	56,3

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

⁵ Comumente conhecido apenas pela sigla PIS, o Programa de Integração Social, foi instituído pela Lei Complementar nº07 de 1970. PASEP, Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, foi instituído pela Lei Complementar nº 08, também de 1970. o artigo 239 da Constituição Federal de 1988 estabeleceu que o PIS e o PASEP deveriam financiar os programas de seguro desemprego e abono do PIS, cessando, assim, a distribuição de seu patrimônio nas contas individuais dos trabalhadores.(Júris Way-2009)

Como mostra Brum (2003), na tabela 2 fica bem nítido que o que envolve a violência humana é a falta de infra-estrutura econômica e as pobreza generalizadas, que incidem no desenvolvimento nas escolas e o convívio social. Então o que se vê é que o desenvolvimento humano, não aconteceu no período militar e sim um agrave social bem maior que contribuiu para:

favelização, criminalidade, prostituição, mendicância, desemprego, subemprego, desnutrição, debilitamento da saúde pública, menores abandonados ou carentes, condições de higiene e habitação precárias, comércio e uso de drogas, desagregação familiar, promiscuidade, baixa ou nenhuma escolaridade e outros. (BRUM, 2003. p. 353)

Na conclusão de Furtado (1981), é bem claro que não adianta verificar o desenvolvimento de um país se não se vê a estrutura econômica diante a população, mostrando a necessidade desse equilíbrio para que se tenha a acumulação e avanços técnicos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.) [et al]. **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 23ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FURTADO, Celso. **O Brasil pós- milagre**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FÜRSTENAU, Vivian. **A Política de crédito rural na economia brasileira pós 1960**. Disponível em:

Jornal Eletrônico

18

Faculdades Integradas Vianna Júnior

ISSN 2176-1035

Ano I - Edição II - Dezembro 2009

<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewPDFInterstitial/1075/1416>

> Acesso em: 06 agosto 2009.